



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2002

(Nº 5.172/2001, NA CASA DE ORIGEM)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. *(Ligação sobre o abandono justificado do lar por um dos cônjuges)*

O CONGRESSO NACIONAL decreta: *por um dos cônjuges)*

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os efeitos do abandono justificado do lar conjugal.

Art. 2º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1.575A:

"Art. 1.575A. O abandono urgente do lar, em virtude de iminente risco à sua integridade física ou moral, ou à de seus filhos, não acarretará a perda de direitos para o cônjuge, no caso de posterior separação judicial, desde que decorra de grave conduta do outro cônjuge e seja seguido do pedido de separação de corpos ou de afastamento temporário da morada do casal, a ser formulado nos trinta dias seguintes ao abandono.

Parágrafo único. Caberá ao cônjuge provar a grave conduta do outro, mediante boletim de ocorrência policial ou outros meios admitidos em direito."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

Nº 5.172 , DE 2001

Dispõe sobre os efeitos do abandono justificado do lar conjugal, acrescentando artigo à Lei nº 6515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, e seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6515, de 26 de dezembro de 1977, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 7ºA:

*Art. 7ºA O abandono urgente do lar, em virtude de iminente risco à sua integridade física ou moral, ou à de seus filhos, não acarretará a perda de direitos para o cônjuge, no caso de posterior separação judicial, desde que decorra de grave conduta do outro cônjuge e seja seguido do pedido de separação de corpos, a ser formulado nos 30 (trinta) dias seguintes ao abandono.

Parágrafo único. Caberá ao cônjuge provar a grave conduta do outro, mediante boletim de ocorrência policial ou outros meios admitidos em direito."

Art. 2º .Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A lei brasileira prevê que o pedido de separação judicial possa ser precedido de medida cautelar de separação de corpos.

Todavia, existem casos extremos nos quais não é possível ao cônjuge aguardar a concessão dessa medida cautelar, ainda que em caráter liminar, sem que ponha em risco sua integridade física ou moral, ou a de seus filhos.

Com efeito, há hipóteses em que um dos cônjuges, geralmente o varão, submete o outro a agressões físicas, maus-tratos de toda sorte, ou, mesmo, a agressões morais, mantendo relacionamentos íntimos com outras pessoas, em pleno lar conjugal.

Assim, não raro, o cônjuge inocente abandona o lar, sendo posteriormente prejudicado, quando da ação de separação judicial, perdendo direitos em relação aos filhos ou à divisão dos bens.

Dai a necessidade e a oportunidade deste projeto de lei, a ser de grande valia para o estabelecimento da justiça, quando da apuração da culpa na separação judicial.

Não obstante seja o cônjuge varão quem, na maior parte das vezes, dá azo a que a mulher abandone o lar, o projeto não discrimina e confere tratamento igualitário a ambos, para não incorrer em inconstitucionalidade por violação ao art. 5º, I, e ao art. 226, § 5º, ambos da Constituição Federal.

Contamos com o esclarecido apoio de nossos pares nesta Casa para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 2001.


Deputado Neir Xavier Lobo

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil.

Art. 1.575. A sentença de separação judicial importa a separação de corpos e a partilha de bens.

Parágrafo Único. A partilha de bens poderá ser feita mediante proposta dos cônjuges e homologada pelo juiz ou por este decidida.

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Publicado no Diário do Senado Federal de 7-12-2002

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – DF

AVULSO PEDENTE